
A RUA DOS PRETOS: IDENTIDADE, CULTURA E RESISTÊNCIA DA JUVENTUDE NEGRA EM BELÉM DO PARÁ

STREET FROM BLACK: IDENTITY, CULTURE AND RESISTANCE
OF BLACK YOUTH IN BELÉM OF PARÁ

Mailson Lima Nazaré¹

<https://orcid.org/0000-0001-7690-3140>
<http://lattes.cnpq.br/9165827092283949>

Raiane Pompeu Gomes²

<https://orcid.org/0000-0002-5409-2188>
<http://lattes.cnpq.br/8792291708594278>

Assunção José Pureza Amaral³

<https://orcid.org/0000-0003-3956-3700>
<http://lattes.cnpq.br/2950887958552733>

Recebido em: 11 de maio de 2020

Aprovado em: 20 de novembro de 2020

RESUMO: Neste trabalho analisamos as relações de sociabilidades de juventude negra em uma localidade denominada de “Rua dos Pretos” na cidade de Belém, Pará. A problemática racial, a identidade e a resistência da juventude negra a partir da afirmação de sua cultura é o objeto do estudo. Temos como objetivos investigar quais as principais manifestações culturais são realizadas na comunidade “Rua dos Pretos” que afirmam a identidade da juventude negra; as relações identidade e racismo, e como desenvolvem mecanismos de sociabilidade local que procuram resistir a preconceito e racismo. Realizamos pesquisa bibliográfica, descritiva e de campo; nos apoiamos em autores com Munanga (2004), Brandão (2009), Salles (2005), Rosseau e Reese (2009). Entre as principais conclusões apontamos: a comunidade apresenta traços de quilombo urbano com valorização e manutenção de costumes locais, identificamos que a juventude utiliza o *reggae* como manifestação cultural com elemento de interseção entre si, desenvolvendo práticas educativas de sociabilidades que contribuem, a partir de ações culturais, para afirmações identitárias.

Palavras-chave: Racismo. Juventude Negra. Sociabilidade. Cultura.

ABSTRACT: This work analyzes the social relations of black youth in a locality called

¹ Mestrando em Estudos Antrópicos na Amazônia na Universidade Federal do Pará, graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (2005) e, Especialista em Saberes Africanos e Afro-Brasileiros na Amazônia/UFPA. É membro do Grupo de Pesquisa Estudos Socioambientais Costeiros da Universidade Federal do Pará e do Grupo de Pesquisa em Educação e Meio Ambiente na Universidade do Estado do Pará. Participa também do Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia. E-mail: marajo140379@gmail.com.

² Graduada no curso de Pedagogia pela Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIasselvi. Cursa Especialização em Psicopedagogia Escolar na Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail: raiane_pompeu@hotmail.com.

³ Professor Associado da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). Líder do Grupo de Estudos Sociedade, Cultura e Educação - GESCED, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - NEAB; Vice Coordenador da Casa Brasil-África, vinculado à Pró reitoria de Relações Internacionais - PRO-RINTER/UFPA. E-mail: amaral12j@hotmail.com.

“Street from Black” in the city of Belém, Pará. In this sense, the racial issue, identity, and resistance of black youth based on the affirmation of their culture is the object of the study. Therefore, we aim to investigate what the main cultural manifestations are carried out in the community that affirm the identity of black youth; the relations of identity and racism, and how they develop mechanisms of local sociability that seek to resist prejudice and racism. We used bibliographic, descriptive, and field research. We rely on theoretical references from authors with Munanga (2004), Brandão (2009), Salles (2005), Rosseau and Reese (2009). Among the main conclusions we point out that the locality presents traces of urban quilombo with the volarization and maintenance of local customs, we also identified that youth has reggae as a cultural manifestation with a point of intersection between them, developing educational practices of sociability that contribute from cultural actions for identity claims.

Key words: Racism. Black Youth. Sociability. Culture.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre as questões raciais no Brasil apresentam a dura realidade do cotidiano da população negra, que refletem as consequências da colonização que ocorreu no país e do regime escravocrata que submeteu populações negras as condições de mercadorias pelos colonizadores europeus.

Remonta destes períodos umas das histórias mais cruéis de nosso país, a escravidão que contribuíram para o contexto de exclusão social, invisibilidades e negação de direitos aos negros e negras.

A escravidão formal da população negra durou quase 400 (quatrocentos) anos no Brasil, produzindo umas das formas mais nefastas de relações sociais, o racismo, que se baseava na visão eurocêntrica dos colonizadores com seres superiores aos demais.

Para Treccani (2006) por mais de três séculos o regime de escravidão das populações negras objetivou atender os interesses dos europeus como forma de desenvolver a economia colonial na América Latina e gerar lucros para diferentes países europeus, que enriqueceram com o tráfico dos negros e negras submetidos às mazelas da condição de escravos.

As consequências dessa história é a situação das populações negras em grandes bolsões de exclusão social, sua segregação em favelas e em áreas periféricas, constituindo um universo cheio de indiferenças, intolerâncias, negação de direitos, caracterizando a evidente trajetória que o Brasil passou, imposta pela ganância dos colonizadores e seu regime escravocrata.

Destaca-se que o regime escravocrata sofreu resistência dos negros e negras que se organizaram em várias e diversificadas formas de lutas, como a formação dos quilombos que contribuíram para a formação de identidades coletivas resultando em sentimento positivo de pertencimento para os grupos negros (ALMEIDA, 2011).

Portanto, o regime escravocrata deixou como herança uma sociedade que nega os direitos sociais para a população negra, principalmente para sua juventude nas periferias⁴, o que torna necessário políticas de ações afirmativas e de combate ao racismo e ao preconceito que atinjam fortemente este segmento social.

As políticas de ações afirmativas como um conjunto de ações articuladas e formuladas por órgãos governamentais podem através de projetos específicos assegurarem o empoderamento da juventude negra e garantir o acesso e a permanência deste segmento social nas políticas

⁴ A periferia é entendida nesta abordagem como espaço de exclusão social imposto pela concepção da sociedade moderna.

públicas de diversas áreas como educação, trabalho e saúde (SEPPPIR, 2005).

Assim, a juventude que é compreendida como sendo uma passagem da adolescência para a maturidade, permeada por desafios de formação ética, física, intelectual e psicológica para o ingresso no mundo adulto (FERREIRA, *et al*, 2009), merece atenção como uma categoria social que busca seu lugar na sociedade, em destaque a juventude negra, alvo frequente de racismo e de negação de seus direitos básicos, entre eles a educação pública com qualidade e o primeiro emprego.

Nesta direção, observa-se que as manifestações de racismo são constantes na atualidade, como uma ocorrência em 2019, que resultou no assassinato do jovem negro P.H.G. de 19 anos, em um supermercado no Rio de Janeiro em frente a sua mãe e dezenas de populares, após ser imobilizado por um segurança do estabelecimento (FOLHA, 2019).

Certamente nos perguntamos se estas atitudes são de seres humanos, como nos lembra Primo Levi (1988), quando expôs os relatos dos campos nazistas de extermínio de Judeus em Auschwitz em 1944, “Isto é um homem?”, ou seja, nos faz refletir sobre as atitudes praticadas por seres humanos, são humanos quem produz o fascismo? O racismo e a discriminação racial são atitudes de seres humanos?

Dentro desta perspectiva é que apresentamos este trabalho, como um recorte do estudo desenvolvido em curso para Especialistas em Saberes Africanos e Afro-brasileiro na Amazônia, pela Universidade Federal do Pará, no qual, procuramos estabelecer reflexões sobre as questões raciais, identidade e cultura da juventude negra como forma de resistência ao racismo e discriminação racial na cidade de Belém no Estado do Pará.

Os objetivos do trabalho foram investigar manifestações culturais desenvolvidas em uma rua chamada de “Rua dos Pretos” e sua contribuição para afirmar a identidade de juventude negra da região, estabelecendo reflexões sobre as relações entre identidade e combate ao racismo na comunidade, e identificar como a juventude desenvolve mecanismos de sociabilidade como resistência.

A “Rua dos Pretos” é uma comunidade que possui entorno de 200 (duzentos) metros de extensão localizada na Rua São Pedro, passagem Bom Jesus no bairro da Montese, conhecido popularmente como Terra Firme, possui casas em sua maioria construídas em madeira e outras em um misto de madeira com alvenaria, além de pequenos comércios e vendas desenvolvidas pelos moradores nas suas próprias residências.

Situado na periferia da cidade de Belém capital do Estado do Pará, Terra Firme é um dos 71 (setenta e um) bairros que compõe Belém, sendo um dos mais populosos e antigos da capital paraense com 61.439 pessoas, das 1.393.399 pessoas que moram na capital segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

O bairro apresenta, conforme salienta Amora e França (2017), altos índices de violência urbanas, falta de infraestruturas e de presença do poder público, se destacando ainda, por ser um bairro que possui a maioria de sua população negra.

A comunidade é conhecida localmente como “Rua dos Pretos”, por possuir várias famílias de negras e negros com laços familiares e práticas culturais que reforçam em seus cotidianos uma identidade negra, com origem de migrantes em sua maioria que se deslocaram do Estado do Maranhão, os quais, estão na terceira geração de descendentes morando na localidade.

A pesquisa envolveu trabalho de campo (BRANDÃO, 2007) que foi realizado por meio de vivência na comunidade onde foi possível observar e registrar as práticas culturais locais, entre elas, a cultura do *Reggae*, que se configurou uma importante fonte de coleta de dados, além

disso, observou-se rotinas da comunidade e a infraestrutura local.

Por meio de abordagem qualitativa (FLICK, 2013) e da descrição (GEERTZ, 2008) procuramos apresentar as características culturais locais como identidade da juventude negra da comunidade, e por meio de pesquisa bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2017) realizamos reflexões críticas das questões abordadas e coletas de dados do objeto do estudo.

Dentro desta perspectiva este estudo procurou contribuir com as discussões sobre as questões étnicas e raciais, por meio da temática juventude negra, pois, verificamos que na nossa historiografia oficial ainda persiste a ausência das contribuições dos africanos e de seus descendentes brasileiros para a formação da sociedade brasileira, sendo muitas vezes apresentadas de um ponto de vista estereotipada e preconceituosa.

Logo ao apontarmos a necessidade de contribuir com a visibilidade dos debates das questões étnicas e raciais, procuramos nos opor ao que Flores (2016) chama de essencialismo cultural, em que se baseia o etnocentrismo para justificar a existência do pensamento racional como característica exclusiva dos brancos.

“Esse tipo de essencialismo cultural foi gerador de discriminações étnicas e raciais para justificar diferenças e diversidades de populações que passam a ser classificadas como nativas, aborígenes e tribais” (FLORES, 2016, p. 6).

Neste sentido, ao utilizarmos o conceito de etnia e raça ou étnicorracial para abordarmos a identidade da juventude da “Rua dos Pretos” partilhamos do pensamento de Flores (2016), quando se refere à estes conceitos para se referir a grupos que expressam uma realidade cultural baseada na percepção comum, experiências espirituais, origem, memória e história que os remetem a uma ancestralidade negra que foi sufocada pelo colonialismo que atingiu o país.

Certamente o conceito de raça e etnia não são homogêneos como destaca Santos *et al* (2010), onde raça está associada com características fenotípicas como a cor da pele, além de ser utilizada historicamente para identificar grupos humanos socialmente definidos, e etnia se associa a fatores culturais, religião, língua e as tradições de diferentes grupos. Portanto, dentro desta perspectiva sociológica de raça e etnia que este trabalho se desenvolve.

ASPECTOS LOCAIS E QUESTÕES RACIAIS NA “RUA DOS PRETOS”

Para Munanga (2004) não parece fácil definir quem é negro no Brasil, pois, a formação do país esteve sempre ligada ao interesse do branqueamento da população e desta forma se tornou comum à propagação da concepção da identidade nacional em detrimento da identidade racial.

Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana. Nos EUA não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de negro pode simplesmente se apresentar como negro. Portanto, por mais que tenha uma aparência de branco, a pessoa pode se declarar como negro (MUNANGA, 2004, p. 52).

Diferente da realidade norte americana, além de ter sido um dos últimos países a encerrar a escravidão formal, o Brasil guarda no seio da sociedade as características do regime escravocrata em forma de colonialidade (QUIJAJO, 2010), onde se propaga a ideia de “democracia racial” e da utopia que não existe raça no Brasil e sim reciprocidade de grupos étnicos, mesmo

com as constantes práticas presentes no cotidiano que classificam os afro-brasileiros como, “outros”, negando-lhes direitos (ROSSEAU; REESE, 2009; SALLES, 2005).

Logo, este cenário atinge diretamente a juventude negra da “Rua dos Pretos”, por meio desta concepção falaciosa de “democracia racial”, que os vê como “outros”, sobretudo quando reforça a perspectiva da identidade nacional, em detrimento da identidade racial.

Essa perspectiva tem como pano de fundo a política de miscigenação que é o método por meio do qual os colonizadores e os descendentes de europeus tentaram eliminar o pluralismo racial no país, em que:

O fato de haver um grande contingente populacional brasileiro de ancestralidade africana levou as autoridades do país a incentivar a imigração europeia como meio de embranquecer o Brasil. Assim, a política de miscigenação tornou-se o meio pelo qual a nação foi literalmente embranquecida e, figurativamente civilizada (ROSSEAU; REESE, 2009, p. 118).

Entretanto há de se destacar que o projeto colonizador não foi exitoso, pois, se o objetivo era o embranquecimento da população, o efeito foi o contrário (o recessivo virou dominante), hoje com mais de 120 anos do fim formal do regime escravista, a população negra cresceu acima da população branca, e o embranquecimento gerou enegrecimento, se contrapondo ao projeto original defendido pelas elites no país.

Portanto, percebe-se os caminhos tortuosos que o racismo e a discriminação traçaram na formação de nosso país, sendo a qualquer título abomináveis aos olhos daqueles que vivem e defendem a humanidade e que buscam tratar os outros com igualdade, equidade e respeito.

Segundo Amaral (2009, p. 90), “o racismo faz nascer o preconceito racial. E a discriminação racial é a operacionalização do racismo e do preconceito racial”. Já o preconceito é uma indisposição, um julgamento prévio negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por determinados estereótipos.

Nesta direção compreende-se que o preconceito é uma ideia pré-concebida ou mais precisamente, a suspeita, a intolerância e a aversão a outras raças, religiões e credos (MUNANGA, 2004; AMARAL, 2009).

Não há dúvidas que este contexto de preconceito tem atingido fortemente a juventude negra das periferias, a exemplo, os jovens do bairro da Terra Firme, onde situa-se a comunidade “Rua dos Pretos”, evidenciadas principalmente por situações que envolvem violência como consequência de racismo e discriminação na localidade, onde o bairro tem:

[...] frequentemente, ocupado as páginas polícias dos jornais impressos e televisivos com notícias de situações de violência envolvendo, na maioria das vezes, crianças e jovens. O bairro ao longo de tempos presencia a morte dos jovens por grupos de extermínio, com maior incidência nos últimos cinco anos, a ponto de ter ocorrido uma chacina nos bairros confluentes, no mês de novembro de 2014, com repetição no início deste ano, onde foram executados 37 jovens (AMORA; FRANÇA, 2017, p. 100).

Além do contexto de violência se soma ausência do poder público como mecanismos que tem reforçado a exclusão social e a visão preconceituosa sobre o cotidiano da juventude negra da “Rua dos Pretos” no bairro.

Neste cenário Larrat (2013) observou que os índices de violência no bairro da Terra Firma estão relacionados à situação de pobreza da população ocasionadas por situações sócias histó-

ricas, que levaram ao alto índice demográfico no bairro e a falta de infraestrutura para absorver os migrantes provenientes em sua maioria da zona rural do Estado do Pará e do Estado do Maranhão, ocasionando baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e discriminação por moradores de outros bairros, refletindo a herança do regime colonial.

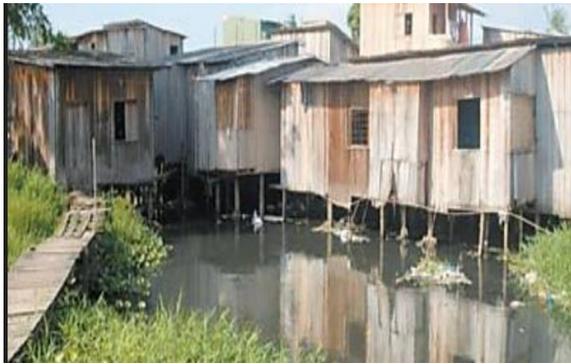
Desta forma, verifica-se que a problemática da violência urbana está imersa em inúmeras questões que se relacionam com a formação e a transformação de determinada sociedade, pois:

Dentre as principais causas que têm sido assinaladas da violência urbana, estão: a pobreza e a miserabilidade urbana; o baixo índice de educação da população; o desemprego estrutural; a superexploração das classes trabalhadoras; a falta de políticas estruturais de segurança pública e a falta de políticas de impacto de curto prazo, principalmente no que concerne à infraestrutura de equipamentos tecnológicos para monitorar as áreas que apresentam elevados índices de violência social (LARRAT, 2013, p. 52).

Portanto, estas situações assinaladas como propulsores de situação de violência são consequências da ausência quase que total do poder público nas áreas consideradas como periféricas nas grandes e médias cidades brasileiras, atingindo, sobretudo as populações negras, por serem a maioria que vivem nestas regiões.

Neste contexto de falta de infraestrutura urbana que está situado o bairro da Terra Firme, com moradias construídas em áreas insalubres (Imagens, 1 e 2), espaços com pavimentação sem esgotamento e feiras livres desordenadas (Imagem, 3), e áreas que sofrem constantes alagamentos em períodos que a cidade é atingida por chuvas (Imagem, 4).

Imagem 1: Casas no bairro Terra Firme



Fonte: O mensageiro, 2016.

Imagem 2: Casas bairro Terra Firme



Fonte: O mensageiro, 2016.

Imagem 3: Rua pavimentada bairro Terra Firme



Fonte: Agência de Notícia das Favelas, 2014

Imagem 4: Rua alagada bairro Terra Firme



Fonte: G1 Pará, 2017

Além disso, a falta de água encanada e tratada para boa parte das residências e a ausência de aparelhos públicos como praças públicas que incentive o esporte e o lazer para a juventude torna o espaço ainda mais vulnerável a situações de violência e às condições de exclusão social.

PRÁTICAS CULTURAIS, QUILOMBO URBANO E A “RUA DOS PRETOS”

Em meio às adversidades estruturais na “Rua dos Pretos” se identifica forte movimentação cultural e de pertencimento da juventude negra com o espaço que ocupam, caracterizando a região como um território étnico para muitos de seus moradores.

Este pertencimento tem impulsionado ao movimento cultural e comunitário local reivindicar o reconhecimento da “Rua dos Pretos” como um quilombo urbano, por se colocar no plano da afirmação da identidade como comunidade negra, tornando evidente as suas relações sociais e vivências comunitárias com hábitos, costumes e valores culturais ligados à ancestralidade afro-brasileira.

Treccani (2006) relata que o debate sobre o reconhecimento de quilombos urbanos em nosso país é recente, e destaca que estes grupos geralmente se constituíram a partir de locais específicos como cômodos ou casas coletivas nas cidades ou em núcleos semirurais.

Atualmente o termo quilombo vem sendo objeto de ressemantização, rediscussão e recharacterização, no qual, pesquisadores como Almeida (1999, 2011), Amaral (2008), Arruti (2009)

apontam para a superação da característica que atribuía aos quilombos apenas como locais isolados de negros em situação de fuga.

Em contraposição ao conceito colonial de quilombo como “fuga de escravo”, por exemplo, Amaral (2008) propõe o quilombo como “espaço de (re) construção da liberdade”.

Nesta perspectiva Almeida (2011) aponta que o conceito quilombo não pode ser considerado de forma cristalizada, mergulhada em impossibilidades de compreensão, mas sim que procure no estado atual de conhecimento superar a definição jurídico-formal historicamente construída, e alcance novas dimensões do significado atual de quilombo a partir de sua etnicidade, territorialidade e identidade.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2005), órgão do Governo Federal, através de Instrução Normativa nº 20/2005, apresentou uma definição ancorada na perspectiva formal do termo, caracterizando os quilombolas como:

[...] grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (INCRA, 2005, p. 1).

Portanto, o movimento cultural e comunitário da “Rua dos Pretos” ao reivindicar o reconhecimento como quilombo urbano, em um bairro da periferia da capital paraense, torna evidente uma tomada de consciência local, enfrentando o racismo presente na sociedade, impulsionado pelo paradigma eurocêntrico da modernidade (BOAVENTURA SANTOS, 2010), alçando a discussão racial na localidade para uma perspectiva de resistência e lutas por direitos sociais.

Na “Rua dos Pretos” os moradores estão presentes por mais de três gerações, é o local que escolheram para viver e construir suas famílias e por isso, expressão em seus discursos a afirmação de suas identidades como comunidade negra local que procura resistir ao preconceito e racismo atribuído ao espaço como marginalizado, violento e subalterno.

O estereótipo atribuído a “Rua dos Pretos”, se generaliza ao bairro da Terra Firme em uma abordagem preconceituosa que ignora a formação social e histórica que caracteriza os espaços urbanos na Amazônia, os quais envolveram intensas migrações para áreas periféricas dos centros urbanos, como no caso da Terra Firme, onde:

A partir de 1990, intensifica-se ainda mais essa concentração demográfica no bairro, sendo a maioria de ocupações irregulares e precárias, dada a insuficiência ou falta de infraestrutura e regularização fundiária, o que leva à agudização de múltiplos problemas sociais, expressões da questão social engendrada pela lógica capitalista vigente na atual organização social, política e econômica. Neste sentido, o bairro da Terra Firme passou a ser identificado como um bairro de pessoas pobres que apresenta altos níveis de violência (SILVA; SÁ, 2012, p. 183).

Certamente, o debate sobre violência e segurança faz parte da rotina de resistência da juventude negra na Terra Firme, por ser um bairro populoso, permeado de muita pobreza e desemprego que ocasionam os agravos sociais evidenciados nos altos níveis de violência, sendo uma realidade que atingem a juventude nacionalmente, pois:

Os números oficiais nacionais existentes sobre violência, bem como pesquisas quantitativas e qualitativas pontuais, confirmam que são os jovens as maiores vítimas da violência no Brasil.

Isto se manifesta de maneira mais exacerbada no caso dos homicídios, sendo que as taxas deste crime entre jovens do sexo masculino no Brasil se comparam às de regiões conflagradas (FERREIRA *et al.*, 2009, p. 193).

Há, contudo, de se ressaltar, que os jovens moradores da “Rua dos Pretos” possuem nas suas práticas culturais uma das formas de resistir às políticas governamentais preconceituosas, que se ancoram no discurso de combate ao crime organizado para muitas vezes focarem em ações de repressões a estes jovens no bairro, criminalizando-os precocemente.

Entre as manifestações culturais identificadas na comunidade da “Rua dos Pretos” destaca-se a presença do *Reggae*, o qual, segundo os moradores fora trazido do Estado do Maranhão pelos primeiros moradores, sendo, atualmente, praticado pela maioria dos jovens da comunidade.

Segundo Morias e Araújo (2008) o *Reggae* é um gênero musical de origem jamaicana que resulta da mistura de ritmos africanos, que emergem a partir da colonização da Jamaica, portanto, este, saiu da ilha jamaicana em proporções medianas e ganhou visibilidade e representações na cultura mundial.

Nesta direção, Silva (1995) reforça a contribuição africana para o surgimento e o desenvolvimento do *Reggae* na Jamaica, sendo este, marcado pela influência dos tambores africanos desde à época do regime escravocrata na região, o autor destaca que:

O *Reggae* surge na Jamaica em meados dos anos sessenta, como consequência de toda uma evolução rítmica e musical, desde as tradições negro-africanas passando pelo mento, pelo rocksteady, rhythm and blues, além das influências marcantes do rastafarismo (SILVA, 1995, p. 52).

Sobre a expressão *Reggae*, sua definição conceitual não possui identificação específica, entretanto, para muitos pesquisadores o termo tem origem na relação afro-caribenha e inglesa presente na Jamaica, representando “raiva” ou “desigualdade” (SILVA, 1995; ARAÚJO, 2003).

Destaca-se ainda que desde início o *Reggae* foi considerado como a música dos becos, refletindo sempre em suas letras, a realidade das populações de baixa renda (SILVA, 1995), possuindo desta forma uma esplêndida capacidade de conseguir mobilizar a população negra, contribuindo para mostrar suas insatisfações com as realidades sociais, como o racismo e a discriminação, fortalecendo e valorizando a identidade com as questões de raízes negras.

Morias e Araújo (2008) destacam ainda que embora o *Reggae* seja de origem jamaicana, na cidade de São Luis no Estado do Maranhão este gênero musical foi incorporado nas suas práticas festivas e em programações culturais, influenciando nas relações de interação sociais locais, sendo inclusive, incorporado pela dinâmica da indústria cultural em todo o Estado.

Para Silva (1995), o *Reggae* em São Luis, possui uma característica fundamental e semelhante a sua construção histórica de origem, representando as insatisfações com a realidade vivida pelos negros e negras nos bairros de periferia, sendo adotado, portanto, pela população negra como parte da construção de sua identidade diferenciando-se de outros grupos sociais.

Desta forma, os moradores da “Rua dos Pretos” ao se deslocarem do Estado do Maranhão, trouxeram consigo o *Reggae* e seus elementos ligados a cultura jamaicana que envolve o *Reggae música* e o *rastafarismo* que expressam a forma original desta prática cultural, chamado *Reggae Roots*, onde:

O Reggae Roots, chamado também de reggae de raiz, é um estilo que retrata todas as lástimas trazidas com a modernização da Jamaica, como o desemprego, a falta de moradia, as condições de trabalho precárias, não correspondendo com as expectativas da população após a independência. Arelado à filosofia rastafari, manifestava um sentimento de rebeldia e descontentamento, o qual foi sendo destacado nas letras das músicas de Bob Marley, um dos principais ícones da música jamaicana, foi o elo entre o reggae e a filosofia rasta, projetando o movimento para além das fronteiras territoriais. Além destas características, o Roots é marcado primordialmente por sua fidelidade rítmica ao reggae jamaicano tradicional (MORIAS; ARAÚJO, 2008, p. 4).

Assim, o reggae música e o rastafarismo são elementos visíveis na “Rua dos Pretos”, possíveis de serem identificados individualmente nas formas dos jovens se vestirem de roupas com traços das cores da Jamaica, com tranças, apliques, miçangas e os cabelos no estilo rastafari, entre outros apetrechos usados coletivamente nos bailes de *Reggae* desenvolvidos semanalmente em barracão da comunidade.

Os bailes reúnem a comunidade em geral, não só a juventude, com manifestação cultural híbrida (música/dança/DJ’s) que contribuem para o desenvolvimento de relações de sociabilidades e interações sociais locais, possibilitando a partir desta prática cultural, o que Brandão (2009), chama de o partilhar de ideias, visões, saberes, sentidos e universos simbólicos de cada jovem que participa da manifestação cultural.

Desta forma, o *Reggae* na “Rua dos Pretos” possui um papel social educativo, aglutinador e mobilizador, ao propiciar aos jovens negros um espaço de valorização e manifestação de cultura própria, contribuindo assim, para expressar uma identidade étnicorracial da juventude local, afirmando a cultura afro-brasileira, que há muito tempo tem sido invisibilizada e negada para os negros e negras, mesmo estando prevista nos marcos legais do país a sua valorização.

Logo, a partir da prática cultural do *Reggae* a juventude negra da “Rua dos Pretos” constrói resistência ao racismo e a discriminação racial, pois, afirmam identidade e a ancestralidade negra na comunidade.

CONSIDERAÇÕES

A experiência das práticas culturais dos jovens da “Rua dos Pretos” indica que as discussões sobre as questões raciais necessitam estar presente no centro dos debates sobre os direitos da juventude, principalmente quando envolvem jovens de comunidades em áreas periféricas de centros urbanos, que resistem às diversas formas de opressão muitas vezes materializadas em políticas de segurança repressivas.

Valorizar práticas culturais de jovens negros e negras, garantir seus direitos básicos como educação e o primeiro emprego são desafios que devem estar ligados a superação das formas de racismo e de discriminação presente de forma estruturada em nossa sociedade.

Para isto, uma mudança estrutural na sociedade que repare as mazelas impostas pelos séculos de escravidão aos negros e negras no Brasil deve ser efetivada, conforme previsto na legislação brasileira, nos tratados internacionais e nas políticas de ações afirmativas.

Portanto superar a concepção que marginaliza culturalmente, socialmente e economicamente, a juventude negra como a juventude da comunidade “Rua dos Pretos”, passa por reconhecer que estes jovens compreendem seu tempo, de seus pais e avós e que podem construir suas próprias histórias afirmando suas identidades como jovens negros no desenvolvimento

de práticas culturais como o *Reggae*.

Nesta direção, deve-se reconhecer que a juventude negra, ainda é alvo de ações racistas e preconceituosas, entretanto, muitas mudanças têm ocorrido na sociedade, que podem sinalizar para que gerações de jovens negros, como a dos jovens da comunidade na “Rua dos Pretos”, possam ter seus direitos garantidos na sociedade e ter sua civilidade, cidadania e cultura valorizada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e Territorialidades Específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 63-72, 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e Novas Etnias**. – Manaus: UEA Edições, 2011.
- AMARAL, Assunção José Pureza. **Da senzala à vitrine: relações sociais e racismo no mercado de trabalho em Belém**. Belém, PA: Edições CEJUP, 2009. p. 215.
- AMARAL, Assunção José Pureza. **Da senzala ao quilombo: práticas educativas e uso de recursos naturais entre os quilombolas do médio Amazonas-Pará**. Tese de doutorado (Desenvolvimento Socioambiental); Orientadora Edna Maria Ramos de Castro, 2008. – Belém: NAEA-UFPA, 2008.
- AMORAS, Maria; FRANÇA, Rafael. Narrativas Juvenis Sobre Ser Jovem na Terra Firme. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 27, n. 1, p. 99-111, 2017.
- ARAÚJO, Elaine Peixoto. O reggae ludovicense: uma leitura do seu sistema léxico semântico. **Revista Philologus/Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**- Ano, v. 10, 2003.
- ARRUTI, José Maurício. Quilombos. **Jangwa Pana**, v. 8, n. 1, p. 102-121, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Vocação de Criar: Anotações Sobre a Cultura e as Culturas Populares**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.39, n. 138, p.715-746, set./dez. 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.
- BRASIL. **Instrução Normativa nº20/2005/INCRA, de 19 de setembro de 2005**. Regula o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- CARAZZAI, Estelita Hass. Morte de jovem negro em supermercado mobiliza protestos em seis cidades. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 fev. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/protestos-contramorte-de-jovem-em-supermercado-mobilizam-centenas-em-6-cidades>>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- FERREIRA, Helder et al. **Juventude e Políticas de Segurança Pública no Brasil**. In: ANDRADE, Carla Coelho de; CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3ª ed. dados eletrônicos. Porto Alegre. Artmed. 2013.

- FLORES, Elio Chaves. **Nós e Eles: etnia, etnicidade, etnocentrismo**. In.: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Orgs). **Educando em direitos humanos: fundamentos culturais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1. ed. 13 reimp. Rio de Janeiro, 2008.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: www.ibge.org.br. Acesso em: 05 nov. 2020.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, p. 310, 2017.
- LARRAT, Holandina Júlia Figueira de Mello. **Pobreza e violência urbana: um estudo de casos sobre as políticas sociais públicas e de segurança pública de prevenção e combate à pobreza e à violência, no bairro da Terra Firme em Belém-PA**. Orientador: Rosália do Socorro da Silva Corrêa. 2013. 173f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém, 2013.
- LEVI, Primo (trad. Luigi Del Re). **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MORIAS, Maria do Carmo Lima; ARAUJO, Patrícia Carla Viana de. O Reggae, da Jamaica ao Maranhão: **Presença e Evolução**. 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/encult2008/14539.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 51-66, 2004.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- ROUSSEAU, Nicole; REESE, La Tanya L. **“Branqueando uma nação para civilizá-la: fragmentando o mito da raça no Brasil”**. In VIEIRA, Vinícios Rodrigues; JOHNSON, Jacquelyn (editores), **Retratos e espelhos: raça e etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos**, São Paulo: FEA/USP, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Diego Junior da Silva et al. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press Journal of Orthodontics**, v. 15, n. 3, p. 121-124, 2010.
- SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. - 3ed. rev. ampl. -Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.
- SILVA, Maria do Socorro Rocha; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Medo na cidade: um estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém/PA. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.2, p. 174-188, jul./dez. 2012.
- SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Da terra das primaveras à Ilha do Amor: Reggae, Lazer e Identidade Cultural**. São Luis, EDUFMA, 1995. 168p.
- TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: Caminhos e Entraves do Processo de Titulação**. Belém: Secretária de Justiça. Programa Raízes, 2006.